

Desenvolvimento Rural Sustentável no Município do Rio de Janeiro: os “novos-rurais” em Guaratiba

Maria Sarita Mota
Mestre em Ciências Sociais (UERJ)
Doutoranda em Ciências Sociais no CPDA/UFRRJ
saritamota@gmail.com

Resumo: Os impactos do crescimento econômico sobre a qualidade de vida, sobre a sobrevivência do planeta tornaram-se preocupações mundiais nas duas últimas décadas do século XX e forçaram a reconceituação do desenvolvimento, introduzindo a noção de sustentabilidade. Por sua vez, a noção de desenvolvimento rural sustentável no Brasil (como sinônimo de crescimento econômico) está vinculada à modernização da agricultura e ao agronegócio. No caso do Rio de Janeiro, a modernização que se pretende está vinculada, principalmente, à implementação de inovações tecnológicas visando a atingir os padrões de competitividade adequados para a exportação; à promoção do associativismo e à preservação do meio-ambiente. A estratégia de desenvolvimento regional destaca-se pela inversão do êxodo rural, na atração de uma parcela da população urbana para o campo e na fixação dos antigos moradores através do incremento de atividades não-agrícolas. O aparecimento dos novos-rurais em Guaratiba, área de preservação rural e ambiental da cidade, é uma das conseqüências desta dinâmica.

Palavras-chaves: Desenvolvimento sustentável; Ruralidades; Rio de Janeiro.

Desenvolvimento Rural Sustentável no Município do Rio de Janeiro: os “novos-rurais” em Guaratiba

Maria Sarita Mota
Mestre em Ciências Sociais (UERJ)
Doutoranda em Ciências Sociais no CPDA/UFRRJ
saritamota@gmail.com

Introdução

Este artigo trata de uma experiência local na região de Guaratiba do município do Rio de Janeiro, de implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável em que predomina a idéia de preservação ambiental e ecológica, a introdução de arranjos produtivos locais considerados de maior viabilidade econômica, mas que não levam em conta a diversidade dos agricultores familiares e suas capacidades técnicas, econômicas, seus interesses específicos e trajetória de vida. Deste modo, investindo na sustentabilidade agrícola, antigas questões sociais não são priorizadas, como o empobrecimento dos trabalhadores da lavoura tradicional, os assentamentos rurais e a necessidade de regularização fundiária.

O Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, no seu Artigo 71, inciso I, prevê para a região a “proteção das áreas de atividades agrícolas, sobretudo de produção hortifrutigranjeira, agroindustriais e de pequena criação animal, sua delimitação e incentivo à preservação dessa destinação, de modo a evitar a extensão da malha urbana”. Deste modo, a estratégia de desenvolvimento regional implementada destaca-se pela inversão do êxodo rural, baseada na atração de uma parcela da população urbana para o campo e na fixação dos antigos moradores através do incremento de atividades não-agrícolas. O aparecimento dos “novos-rurais” em Guaratiba, área de preservação rural e ambiental da cidade, é uma das conseqüências desta dinâmica.

Estas transformações podem ser associadas aos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural. Compreendido de uma forma mais ampla, como processo de revalorização do mundo rural, o PMDR na cidade do Rio de Janeiro reverte o processo de migração rural-urbana e impulsiona o desenvolvimento sustentável. Esta questão carrega a necessidade de se pensar o desenvolvimento rural como processo social capaz de: aglutinar diversos interesses coletivos fortalecendo e institucionalizando a participação democrática; priorizar o empoderamento das comunidades e dos atores sociais garantindo-lhes a obtenção

de renda e trabalho (agrícola e não-agrícola) e melhoria na qualidade de vida para todos¹, enfim, de promover o desenvolvimento humano.

No que pese a consolidação de processos de participação democrática, na prática local, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural podem não representar o avanço dos ideais de inclusão social, tendo em vista uma série de impasses e entraves burocráticos, metodologia de trabalho, lideranças pouco expressivas, influências políticas na prioridade dos projetos a serem implantados, etc.

O Diagnóstico Setorial realizado pelo PMDR prevê “a substituição dos cultivos e produtos agropecuários tradicionais, representados pelas culturas permanentes (fruteiras) e temporárias (tubérculos e olerícolas), com algumas poucas exceções, deverão ser substituídas por outras capazes de gerar renda suficiente para competir com as destinações urbanas”. Neste caso, questiona-se a viabilidade de se preservar ou não tais áreas tendo em vista a necessidade de atender aos nichos de mercado de alta renda.

Portanto, as atuais políticas públicas visam o desenvolvimento local impulsionado pelas idéias de sustentabilidade, produtividade e qualidade de vida como modelo hegemônico de inclusão social, de inserção competitiva em um mercado em constante mudança. No entanto, quando se pensa na introdução de produtos de maior valor agregado, na geração de renda e trabalho, não se considera que o mundo rural é cenário de disputas entre diferentes projetos sociais territoriais. Assim, uma grande parcela da população é excluída; a estrutura agrária permanece inalterada, resultado da permanência de uma “privação de liberdade” (SEN, 2000).

A paisagem de um lugar entre o urbano e o rural

“As paisagens podem ser conscientemente concebidas para expressar as virtudes de uma determinada comunidade política ou social”. Simon Schama, *Paisagem e Memória*, p.26.

Guaratiba é uma área de preservação rural e ambiental localizada na zona oeste do município do Rio de Janeiro. No último Censo, sua população totalizou 101.205 habitantes espalhados por 15.258 hectares, e ainda apresenta um dos mais baixos Índices de

¹ Para uma análise dos PMDRs ver Jorge Romano e Nelson Delgado, “Os planos municipais de desenvolvimento rural como processos sociais”, in: José Roberto Moreira e Luiz Flávio de Carvalho Costa, *Mundo rural e cultura*, Rio de Janeiro, Mauad, 2002, pp.285-302. Para uma análise das questões teóricas associadas à concepção do desenvolvimento rural como desenvolvimento sustentável, ver Roberto José Moreira, “Disputas paradigmáticas nos programas de pós-graduação em economia e desenvolvimento rural”, *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.6, jul., 1996, pp. 65-80.

Desenvolvimento Humano (IDH). Atualmente, a Zona Oeste compreende a quase 60% do município do Rio de Janeiro e possui, aproximadamente, dois milhões de habitantes.

Ao longo dos anos, a região se constituiu entre o rural e o urbano. Seu processo de integração social, econômico e político foram construídos em torno da idéia de natureza, de sertão carioca e da vocação agrícola, ainda não completamente apagada no tempo. As velhas ruínas de engenhos de cana-de-açúcar e gado, fazendas de café convivem lado a lado com o moderno distrito industrial, construído a partir dos anos 1970.

A zona oeste detém o maior complexo ecológico do município do Rio de Janeiro. São inúmeros parques, bosques e áreas de proteção ambiental. Novas funções foram atribuídas ao uso do solo, contudo, pode-se dizer que as marcas do passado que se fazem notar não significam a permanência ou mesmo a resistência de práticas culturais arraigadas no tempo. Sob vários aspectos, o cenário que se apresenta caracteriza-se mais como um processo de ruralização do urbano. Neste aspecto, há que se considerar o papel do zoneamento que, ao instituir o perímetro urbano, permite que as fronteiras se cruzem e as atividades desenvolvidas ultrapassem esses marcos espaciais, possibilitando trocas materiais e simbólicas entre os agentes sociais.

Embora as antigas freguesias rurais localizadas na zona oeste tenham sido de importância vital para a economia do município até a década de 1960, decrescendo-se em função da expansão do mundo urbano, hoje está reduzida a pequenos nichos agrícolas concentrados, prioritariamente, na área correspondente à antiga freguesia rural de Guaratiba. A alta concentração fundiária nesta antiga freguesia rural produziu um processo lento de transmissão da propriedade e do parcelamento do solo, com repercussões socioeconômicas notáveis.

A história da região mostra que até meados do século XIX, a lavoura canavieira e a pecuária bovina predominavam como atividades econômicas. Estavam assentadas nas áreas de baixada das grandes propriedades oriundas de sesmarias. Posteriormente, com a introdução do café, as serras foram ocupadas e as áreas de baixada foram, em parte, abandonadas. Com o fim do breve ciclo carioca do café, as atividades extrativistas (de lenha e carvão vegetal) ganharam impulso juntamente com a agricultura de “subsistência”. Já no século XX, a paisagem estava totalmente dominada pela citricultura. O surto agroexportador, que se estendeu para Campo Grande, Realengo, Santa Cruz e mesmo Jacarepaguá, durou até os anos finais da Segunda Guerra Mundial, provocando uma valorização das terras. Os Censos Agrícolas de 1920 e 1940 no então Distrito Federal mostram uma significativa fragmentação

das unidades rurais (redução de 24,6 para 6,1 hectares); os produtores de laranjas não eram os proprietários dos sítios (predominava as relações de parceria e arrendamento).

Paralelamente a citricultura, ocorreu um avanço da cultura da banana nos anos 1930, que se disseminou pelas encostas dos morros não utilizadas durante a “febre da laranja”, tampouco valorizada pela especulação imobiliária. Neste caso, os lavradores tinham a posse da terra mediante ocupação das áreas públicas e reservas florestais ou pela compra de lotes, ou ainda pelo sistema de contratos de arrendamento.

Desde os anos 1920, políticas públicas foram implementadas visando à melhoria das condições de produção da região considerada então o “celeiro do Distrito Federal”. No entanto, essas ações não consideraram o problema do acesso à terra para os trabalhadores rurais. A criação do IPTU em 1922 elevou as taxas de arrendamento ocasionando a expulsão os lavradores em situação irregular. No meio das disputas, os lavradores se organizaram em associações e conseguiram a opção de comprar as terras que ocupavam; desse movimento surge os sítios de pequenos proprietários e outros tipos de lavouras mais rentáveis.

No final da década de 1950, a fumagina e outras doenças e pragas já havia destruído a maioria dos pomares; o cultivo da laranja voltou-se para o mercado interno. O loteamento imobiliário foi ocupando as terras abandonadas. No entanto, a expansão urbana não significou a retração da agricultura: provocou na região um aumento da horticultura, tão importante para o abastecimento alimentar da cidade. Nesta conjuntura, as terras na zona oeste do município do Rio de Janeiro passaram a ser disputadas palmo a palmo pelos pequenos produtores hortigranjeiros. Viam-se na concorrência com outras atividades agrícolas e, sobretudo, enfrentavam a especulação imobiliária e as indústrias que se instalaram na região.

Do ponto de vista socioeconômico, a urbanização chegou à região com a instalação dos distritos industriais, de forma incipiente, a partir dos anos 1950 e, posteriormente, intensificando drasticamente as mudanças no uso do solo, tanto pela transformação da paisagem natural quanto pela perda de mão-de-obra tradicionalmente alocada no empreendimento agrícola.

A precariedade do acesso à terra marcou a expansão da agricultura carioca. Como pensar a implementação dos atuais programas de desenvolvimento agrícola e rural em uma região historicamente marcada por conflitos fundiários não resolvidos? Na medida em que se propõe um processo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar, na concessão de créditos, na sustentabilidade, entende-se que o acesso à terra para a população de baixa renda deveria ser o pressuposto básico de qualquer política neste sentido. Mas não é o que acontece.

Em novembro de 2006, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural instituiu ações voltadas para dinamizar as prioridades estabelecidas pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. Percebe-se que os beneficiários dessa política agrícola são os atores que possuem capital social e preenchem os critérios para a consolidação da base dos arranjos produtivos locais. Portanto, detêm recursos tecnológicos, econômicos e competências comerciais capazes de atender às demandas de mercado utilizando parcelas muito exíguas de terras. Ao contrário, a grande maioria dos trabalhadores rurais de Guaratiba, vinculados às lavouras tradicionais, estão excluídos dos programas de concessão de créditos, pois não cumprem a exigência de posse efetiva da terra como contrapartida para a obtenção de financiamento. As conseqüências são drásticas: empobrecimento; exclusão social; perdas de mão-de-obra para a lavoura, parcelamento das terras. No melhor dos casos, ocorre a transformação dos sítios em floriculturas e/ou a pequena produção de hortifrutigranjeiros comercializados em “mercados” abertos na frente das moradias (os “sacolões”) e, por fim, a perda de espaço econômico para os “de fora”, ou seja, os “novos-rurais”: pessoas oriundas dos centros urbanos que se integram “por cima” na comunidade como produtores rurais dotados de conhecimentos tecnológicos e acesso privilegiado às políticas públicas.

Esta continuidade de ações por parte da administração municipal revela uma forma tradicional da adequação do uso do solo às necessidades do capital. Reafirma uma vocação agrária conservadora para a região. Atualmente, a região apresenta uma agricultura em processo de transformação, observada uma confluência de diversos fatores que giram em torno da influência das políticas públicas: a preservação ambiental; a predominância da pequena produção familiar; a incipiente organização de produtores locais e a incorporação de um programa de desenvolvimento rural sustentável administrado pela SEDECT (Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia), envolvendo ainda convênios com outras instituições como a EMBRAPA, a Sociedade Nacional de Agricultura (através da sua Incubadora de Empresas de Agronegócios), universidades locais, a inserção da região no Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável — Papel Passado, e ainda a atuação de ONG's. Neste contexto, é importante considerar as políticas públicas implementadas pela municipalidade para se entender as transformações do momento atual.

O desenvolvimento local

A partir da conjuntura democrática proporcionada pela Constituição de 1988, surgiram na década seguinte programas governamentais como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) através do Decreto Presidencial nº 1946, de 28/06/1996, que prevê como organismos integrantes, a Prefeitura Municipal e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), este último foi instituído através da Lei Municipal nº 3097 de 13/09/2000. A sua regulamentação foi procedida através do Decreto nº 19.915 de 17/05/2001. O PRONAF estabelece como instrumento para a captação de recursos do Programa, a elaboração dos PMDR (Planos Municipais de Desenvolvimento Rural) enfatizando a dimensão territorial do desenvolvimento rural. Através dos CMDR, promove-se o desenvolvimento local e a participação de diversos agentes sociais não envolvidos diretamente com a agricultura. Nossa reflexão questiona mais do que o uso agrícola com base no potencial e vocação agrícola dos solos, mas o fato de que tais iniciativas não atacam o problema básico: a propriedade fundiária, tampouco leva em conta a situação dos assentamentos rurais, ou melhor, a existência da diversidade dos agricultores familiares.

Na região em estudo, as iniciativas de assentamentos a partir dos anos 1980 distribuíram a população em lotes considerados pequenos para a agricultura, porém grandes para o padrão urbano. Os lotes têm servido apenas para moradia. Portanto, a implementação de uma Assessoria Especial de Agricultura Familiar em Guaratiba, em 2001, não mobilizou os antigos lavradores locais que ainda lutam pela posse da terra, nem a parcela da população dos assentamentos rurais. Os beneficiários têm sido um grupo seletivo de produtores recém-chegados a região² e um grupo de comerciantes que buscam mercado para produtos orgânicos e que não manifestam demanda pela terra.

As políticas públicas para a região apresentam dois mecanismos de desenvolvimento ligados a dinâmicas diferentes do capitalismo em sua dimensão local/global: a resistência das tradicionais atividades agropecuárias, ou seja, o cultivo de culturas permanentes, tubérculos e olerícolas, e o enfoque estritamente direcionado para os arranjos produtivos locais (como a gastronomia, a floricultura, a fungicultura, a ranicultura, a pesca, a minhocultura e os fitoterápicos). O que se pretende, segundo a SEDECT (Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia) que administra o Programa de Arranjos Produtivos e Revitalização de Áreas Comerciais do Município do Rio de Janeiro é agregar valor aos produtos e incentivar o desenvolvimento local inclusive através do turismo e do

² Este grupo pode ser denominado de “novos-rurais”, conforme Gian Mario Giuliani, “Neo-ruralismo: O novo estilo dos velhos modelos”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 14, ano 5, outubro de 1990.

lazer. A própria criação de uma Área de Preservação Ambiental Rural em Guaratiba garante a conservação de uma paisagem que um dia foi completamente ocupada pela produção agrícola e pastoril e responsável pelo abastecimento de gêneros alimentícios da cidade do Rio de Janeiro. A criação da Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba (Decreto Estadual nº 7.549, 20/11/1974), do primeiro Eco-Museu da cidade (Lei Municipal nº 2.354, de 1/09/1995) e os vários parques temáticos como o *Wet 'n' Wild*, Terra Encantada, Fazenda Alegria, Parque de Eventos Rio Rural, Bwana Parque, entre outros, criam um elo entre o passado e o presente, entre o rural e o urbano que permeia toda a zona oeste da cidade. Tais ações públicas como respostas aos problemas urbanos, atualmente marcados por um processo de degradação do patrimônio histórico-cultural e ambiental, visam tornar a região pólo atrativo para o turismo rural e ecológico como forma de dinamizar a economia local.

A consolidação do Pólo Gastronômico de Guaratiba e a existência de vários parques temáticos na região comprovam a tese de Simon Schama de que “os mitos e lembranças da paisagem partilham duas características comuns: sua surpreendente permanência ao longo dos séculos e sua capacidade de moldar instituições com as quais ainda convivemos”. Assim, “as paisagens podem ser conscientemente concebidas para expressar as virtudes de uma determinada comunidade política ou social (...) e é exatamente porque se está sempre cobrindo lugares antigos com o adubo da modernidade (transformando-se a floresta primitiva, por exemplo, em ‘parque da natureza selvagem’) que é difícil discernir a antiguidade dos mitos em sua essência.” (SCHAMA, 1996, p. 26).

O cultivo de olerícolas ainda é realizado de forma precária por alguns descendentes dos imigrantes portugueses, como vimos anteriormente. Por razões econômicas, este grupo social que historicamente constituiu-se em uma comunidade tradicional solidária na região, e que raramente foi contemplado com políticas públicas sistemáticas, tem sobrevivido graças à incorporação de atividades não-agrícolas ao sistema produtivo familiar.

A situação dos novos assentamentos rurais na região merece um estudo aprofundado que ainda não foi realizado. Ao contrário dos “novos rurais”, percebermos que esse grupo não associa diretamente a preservação da natureza ao desenvolvimento econômico local (FIGUEIREDO; MATHIEU & JOLLIVET, 1989). Neste sentido, é importante observar que ao longo dos tempos a região tem sido considerada uma área de reserva natural. Este fato explica a lógica dos planos de desenvolvimento local baseados na preservação da natureza e a atração que a região tem exercido sobre indivíduos que buscam o campo como modo de vida alternativo à vida urbana, com interesses diversos aos dos moradores locais (CARNEIRO, 1998; CHAMBOREDON, 1980 ; FIGUEIREDO). Dados do IBGE mostram que a maioria da

área ainda preserva suas características naturais. As Unidades de conservação em Guaratiba somam uma área total que perfazem 90.773.996,24 m², entre parques, reservas e áreas de proteção ambiental. A região apresenta uma das maiores faixas contínuas de Mata Atlântica do litoral brasileiro e que vem sendo alvo de disputas pela posse da terra desde a década de 1950, quando os conflitos se tornaram visíveis.

Os “novos-rurais” de Guaratiba

A Associação Carioca de Produtores Rurais, com sede em Guaratiba, visa incentivar a agricultura familiar e urbana no município do Rio de Janeiro auxiliando os pequenos agricultores na obtenção da Declaração de Aptidão do PRONAF para acesso ao microcrédito do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Duas atividades têm se destacado em Guaratiba: a minhocultura, que como vimos, sempre foi incentivada pela Prefeitura na sua Fazenda Modelo e a ranicultura. Segundo fontes do SEBRAE/RJ, o investimento inicial de um ranário está em torno de R\$ 30 a 40 mil reais; a estrutura consiste em um galpão arejado e com tela em espaço de 600 m². Para cada duas mil rãs, 500 quilos de carne e um faturamento mensal em torno de R\$ 2,4 mil. O objetivo dos produtores locais é exportar carne de rã e produtos mais sofisticados como caviar de rã. Em relação ao minhocário, o investimento inicial gira em torno R\$ 25 mil e o material necessário para a criação são mínimos: caixas de 1 m² (para mil minhocas) ou canteiros e material orgânico decomposto. O faturamento é proporcional à produção de húmus (mil minhocas produzem 100 quilos de adubo que pode ser vendido a R\$ 30,00). O que se constata é que esta produção requer pouco espaço e teve início em Guaratiba nos sítios de veraneio cujos proprietários originam da área urbana. Foi possível identificar biólogos, botânicos, engenheiros agrônomos, professores que se encantaram pela região e que possuem alto capital social. A trajetória de vida desse grupo “de fora”, a situação social e econômica, o nível educacional os diferencia dos produtores locais (a maioria descendente de imigrantes portugueses empobrecidos). As estratégias de reprodução econômica e social dos “novos-rurais” estão baseadas no associativismo, na utilização da mão-de-obra assalariada, no acesso ao crédito e assistência técnica, em produtos de maior valor agregado e na forma de comercialização direcionada ao consumidor dos grandes centros urbanos e voltada para a exportação. Trata-se de “um modelo alternativo que mescla racionalidades urbanas e rurais” (FIALHO, 2005, p.125) e que conduz a discussão da agricultura urbana realizada nas periferias das cidades.

Em contraste, o trabalho na lavoura tradicional realizado pelos locais (e com forte peso dos contratos de arrendamentos) começou a perder braços para duas grandes indústrias multinacionais que se instalaram na região, posto que ofereciam benefícios sociais mais atrativos para os jovens trabalhadores rurais (principalmente em relação à seguridade social). A Michelin e a Tupperware (Dart do Brasil) afetaram a paisagem local a partir do final dos anos 1980, trazendo à tona algumas questões como a da “difusão urbana como elemento de integração espacial”.³ A instalação destas empresas atualizou o perímetro urbano do município; fomentou o modelo da pluriatividade entre os lavradores, posto que o regime de trabalho era *part time* (o trabalhador dedicava-se a sua pequena lavoura quando não estava no trabalho na fábrica geralmente no turno noturno); e por fim, gerou transformações no modo de viver e outras relações sociais da população local. Certamente, as experiências decorridas da implantação de indústrias na região foram mais favoráveis à rentabilidade dessas empresas (como mão-de-obra barata; acesso a fontes de energia como aos mananciais de água; acesso rápido a grandes rodovias e ao porto de Sepetiba para escoamento da produção, etc).

Ao mesmo tempo em que a demanda por mão-de-obra motivou uma migração populacional oriunda de outros bairros da cidade para a zona oeste, os aumentos populacionais, cada vez mais intensos desde 1970, acirraram ainda mais os conflitos ligados à demanda por terra, sobretudo a partir dos anos 1980. Se na década anterior a população “de fora” trazia uma demanda por moradia de veraneio (sítios, casas de campo), os novos moradores de Guaratiba pretendiam permanecer na região. Num primeiro momento, alguns proprietários de sítios começaram a parcelar suas terras em transações diretas através de contratos de gaveta. Diminuíram-se, assim, as terras agricultáveis, e a regra tem sido um grande número de estabelecimentos com menos de 10 hectares (IBGE). Inúmeros loteamentos foram abertos, a maioria sem regularização; sub-bairros foram surgindo; conjuntos residenciais foram criados para alojar os novos operários do Distrito Industrial; propriedades abandonadas foram ocupadas e terras desapropriadas pelo governo do estado para o assentamento dessas famílias migrantes.⁴ O que se nota na região é uma confluência de sistemas agrários, interesses diversos, aparecimento de ONG’s em apoio aos atores passivos (aqueles excluídos da economia do sistema hegemônico) e os atores ativos (que identificamos

³ Cf. A. Berger e J. Rouzier, “Ville e Campagne: La fin d’un Dualisme”, Paris, Econômica; citado por Giuliani, *op. cit.*, p. 62. Estes autores estudaram a descentralização das industriais na França dos anos 1970, que se transferiram para as províncias incorporando novos valores sociais capazes de aumentar a rentabilidade dessas empresas.

como os “novos rurais”, ou seja, aqueles que têm algum poder de decisão e beneficiam-se das políticas públicas).

Os atuais programas setoriais da SEAPPA (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento) exigem para a concessão de crédito que os beneficiários detenham a posse definitiva da propriedade: “caso não seja proprietário, (devem) apresentar instrumento comprobatório da relação contratual de arrendamento, comodato, usufruto, parceria, cessão ou locação do imóvel, com prazo superior ao do financiamento pretendido, devidamente averbado no Cartório de Registro Imobiliário”, situação que exclui os pequenos lavradores de Guaratiba e os novos assentados do sistema de créditos rurais e inovações tecnológicas. Frente às transformações dos sistemas agrários e agrícolas no município do Rio de Janeiro, torna-se necessário ampliar a pesquisa para que se possa identificar o perfil dos atuais atores sociais; as novas identidades sociais; o que se está em jogo nas disputas entre os grupos de interesses; o alcance da influência das políticas públicas em vigência e o modo como a tem afetado a qualidade de vida da população local, entre outras questões. A área aqui estudada é uma entre inúmeras outras existentes no país. Nisto reside sua importância.

Referências bibliográficas

- CARNEIRO, Maria José. “Ruralidade: novas identidades em construção”. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA, nº 1, out. 1998.
- CHAMBOREDON, J. C. « Lês usages urbains de l’espace rural: du moyen de production au lieu de récréation », *Revue Française de Sociologie*, jan, mars, 1980, pp. 97-119.
- FIALHO, Marco Antonio Verardi. “Agricultura familiar, produção orgânica e ‘novos rurais’. Um estudo de caso no sul do Brasil”, in: MOREIRA, Roberto (Org.). *Identidades Sociais: Ruralidades no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, pp.109-116.
- FIGUEIREDO, Elisabete. “O rural como reserva ambiental: o lugar do ambiente nas procuras externas das áreas rurais em Portugal”. *IV Colóquio Hispano-Portugues de Estudos Rurales. La multifuncionalidad de los espacios rurales de la Península Iberica*.
- GIULIANI, Gian Mario, “Neo-ruralismo: O novo estilo dos velhos modelos”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 14, ano 5, outubro de 1990.
- MATHIEU, N. e JOLLIVET, M. "De la Question de la Nature à la Question de L'Environnement ", in: MATHIEU, N. e JOLLIVET, M. (Eds.) *Du Rural à L'Environnement - La Question de La Nature Aujourd'hui*, Paris, L'Harmattan, 1989.
- PREFEITURA DA CIDADE. Boletim da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Typografia do Jornal do Commercio. Décadas de 1920/1930.
- ROMANO, Jorge e DELGADO, Nelson. “Os planos municipais de desenvolvimento rural como processos sociais”, in: MOREIRA, Roberto José e COSTA, Luiz Flávio de Carvalho, *Mundo rural e cultura*, Rio de Janeiro, Mauad, 2002, pp.285-302.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.